

PLENÁRIA DEVOLUTIVA
DA
4ª CONFERENCIA ESTADUAL
DE
SAÚDE DO TRABALHADOR-2016

2016



EIXO I

**DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO E SEUS REFLEXOS
NA SAÚDE DO TRABALHADOR E DA
TRABALHADORA**



PROPOSTAS

1. **Redução** para 30 (trinta) horas semanais para todos(as) categorias dos(as) trabalhadores(as) de saúde sem redução salarial;

2. Garantir o cumprimento da legislação de **ingresso** no serviço público por meio de **concurso público** nos Municípios, nos Estados e na União, assegurando os direitos trabalhistas para todos e todas trabalhadores (as) com o objetivo de eliminar o trabalho precário.;



PROPOSTAS

3. Implantar o **período noturno** na Estratégia de Saúde da Família (ESF), de forma a possibilitar um maior acesso dos(as) trabalhadores(as) aos serviços de saúde; Implantar o período noturno na Estratégia de Saúde da Família (ESF), de forma a possibilitar um maior acesso dos(as) trabalhadores(as) aos serviços de saúde;

4. Garantir a implantação de **plano de cargos carreiras e salários** para todos(as) trabalhadores(as) no serviço público em todas as esferas de governo;



PROPOSTAS

5.Promover o **incentivo** governamental à **produção orgânica**, familiar e agroecológica substituindo os agrotóxicos na agricultura e incentivando a comercialização e aquisição de alimentos orgânicos produzidos nos municípios (banco de alimentos);

6.Redução para 30 (trinta) horas semanais para todos(as) categorias dos(as) trabalhadores(as) de saúde sem redução salarial.



PROPOSTAS

7. Garantir o cumprimento da legislação de ingresso no serviço público por meio de concurso público nos Municípios, nos Estados e na União, assegurando os direitos trabalhistas para todos e todas trabalhadoras (as) com o objetivo de eliminar o trabalho precário.

8. Garantir a implantação de plano de cargos carreiras e salários para todos(as) trabalhadoras(as) no serviço público em todas as esferas de governanc



EIXO II

**FORTALECER A PARTICIPAÇÃO DOS
TRABALHADORES, TRABALHADORAS,
DA COMUNIDADE E DO CONTROLE
SOCIAL NAS AÇÕES DE SAÚDE DO
TRABALHADOR E TRABALHADORA;**



PROPOSTAS

1. Fomentar o debate sobre o Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) para todos os(as) trabalhadores(as) do serviço público estatal;
2. Utilizar o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) como um instrumento de controle social; Utilizar o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) como um instrumento de controle social;



PROPOSTAS

3. Garantir a implementação dos direitos políticos e sociais relacionadas à ST oriundos das deliberações da 3ª Conferência Nacional de Saúde do(a) Trabalhador(a) (CNSTT) quanto a precarização do trabalho, doenças ocupacionais e, sobretudo, a intoxicação por produtos químicos e seus impactos para o homem e o meio ambiente;.



PROPOSTAS

4. Garantir Incentivar a organização dos(as) trabalhadores(as) público/privado para identificar o trabalho insalubre e periculoso nos locais de trabalho, a necessidade de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamento de Proteção Coletiva (EPCs) favorecendo o acesso a consulta/avaliação periódica de saúde, inclusive com exames complementares e medicamentos nos serviços de saúde;.



PROPOSTAS

5. Garantir a implementação dos direitos políticos e sociais relacionadas à ST oriundos das deliberações da 3ª Conferência Nacional de Saúde do(a) Trabalhador(a) (CNSTT) quanto a precarização do trabalho, doenças ocupacionais e, sobretudo, a intoxicação por produtos químicos e seus impactos para o homem e o meio ambiente;



PROPOSTAS

6. Garantir a organização dos(as) trabalhadores(as) público/privado para identificar o trabalho insalubre e periculoso nos locais de trabalho, a necessidade de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamento de Proteção Coletiva (EPCs) favorecendo o acesso a consulta/avaliação periódica de saúde, inclusive com exames complementares e Destaques Substitutiva



PROPOSTAS

7. Criar “Inserir” na ficha ESUS SSA2 (situação de saúde da área e atendimentos realizados pelos profissionais de saúde das equipes de saúde da família) um campo para registro de informações relativas à ST: inspeção e mapeamento dos ambientes de trabalho, agravos e notificação de doenças relacionadas ao trabalho medicamentos nos serviços de saúde;



PROPOSTAS

8. Garantir capacitação permanente para os conselheiros municipais, regionais, locais e as CIST em relação à Política Nacional de Saúde do Trabalhador(a) e divulgá-la à comunidade e em meios de comunicação;



EIXO III

**EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE
SAÚDE DO TRABALHADOR E DA
TRABALHADORA, CONSIDERANDO OS
PRINCÍPIOS DA INTEGRALIDADE E
INTERSETORIALIDADE NAS TRÊS ESFERAS
DE GOVERNO**



PROPOSTAS

3. Redefinir e ampliar a Rede Nacional de Saúde do(a) Trabalhador(a) - RENAST;
4. Inserir na pactuação do Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) os indicadores relacionados à saúde do(a) trabalhador(a);



PROPOSTAS

5. Garantir a integralidade na atenção à saúde do trabalhador (ST) (municípios, estado e união), inserindo ações ST nos fluxos da Rede de Atenção à Saúde do SUS, mediante articulação e construção coletiva de protocolos preventivos e linhas do cuidado;



PROPOSTAS

6. Ampliar e fortalecer a atenção primária como ponto de acesso prioritário para garantir ações e serviços de saúde bem como os encaminhamentos aos serviços especializados para os(as) trabalhadores(as) portadores de doenças crônicas;



PROPOSTAS

7. Criar na ficha SSA2 (situação de saúde da área e atendimentos realizados pelos profissionais de saúde das equipes de saúde da família) um campo para registro de informações relativas à ST: inspeção e mapeamento dos ambientes de trabalho, agravos e notificação de doenças relacionadas ao trabalho;



PROPOSTAS

8. Sensibilizar o poder público para garantir e ampliar a educação permanente com financiamento regular para todos os(as) trabalhadores(as) do serviço público/privado mediante convênio/parcerias com instituições públicas ou privadas para promover debates, orientar e capacitar trabalhadores(as) e empregadores sobre os riscos ocupacionais e a saúde do(a) trabalhador(a) enfocando o uso de equipamentos de proteção individual e coletivo ;



PROPOSTAS

9. Ao final das capacitações sobre o uso de equipamentos de proteção individual e coletivo, as instituições responsáveis certificarão os(as) trabalhadores(as) rurais quanto à aptidão no seu uso como exigência para pleito e liberação de empréstimos rurais pelas instituições financeiras;



PROPOSTAS

10. Incluir a atenção sistemática ao trabalhador(a) do campo, que se encontram extremamente desassistidos e vulneráveis à exploração pelo capital nas propostas de planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas;



PROPOSTAS

11. Mapear nos territórios os processos produtivos (in)formais, identificar os riscos ocupacionais e agravos mais frequentes relacionados ao trabalho, catalogar a exposição dos(as) trabalhadores(as) e intensificar a fiscalização nos ambientes de trabalho pela Vigilância Sanitária (Visa), Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), Ministério Público e do Trabalho (MPT) e a Secretaria Regional de Trabalho e Emprego (SRTE);



PROPOSTAS

20. Garantir que os laudos efetuados pelo SUS sejam considerados/reconhecidos na perícia da Previdência Social;, com maior articulação entre os ministerios da saúde, previdência social, trabalho e emprego, para sua efetivação;



Rogena Weaver Noronha Brasil

Ms. Saúde Pública -Uece

Especialista em Planejamento em Saúde - Fiocruz

Especialista em Saúde Pública - Fiocruz

Enfermeira SESA/CESAU

Profa. Universidade Vale do Acaraú – UVA/Sobral

Profa. Instituto Parlamento Cidadania



Rogena Weaver Noronha Brasil

Ms. Saúde Pública -Uece

Especialista em Planejamento em Saúde - Fiocruz

Especialista em Saúde Pública - Fiocruz

Enfermeira SESA/CESAU

Profa. Universidade Vale do Acaraú – UVA/Sobral



Rogena Weaver Noronha Brasil

Ms. Saúde Pública -Uece

Especialista em Planejamento em Saúde - Fiocruz

Especialista em Saúde Pública - Fiocruz

Enfermeira SESA/CESAU

Profa. Universidade Vale do Acaraú – UVA/Sobral

